

OS RESULTADOS ELEITORAIS NO CEARÁ: COMPETITIVIDADE, CONTINUIDADE E MUDANÇA

Filomeno Moraes

Professor da Universidade de Fortaleza – UNIFOR
e da Universidade Estadual do Ceará - UECE

Eleições constituem condição necessária, embora não suficiente, para a existência de uma poliarquia e mecanismo por excelência de recrutamento das elites políticas. Ademais, são fonte privilegiada de informação relativa à conservação ou à mudança social, apontando o surgimento ou a cristalização de tendências, a desafiar o analista sistemático para que, em meio às negações e astúcias do processo político, dele retire algum material valioso em termos explicativos.

De fato, resultados não antecipados talvez tenham sido a característica mais presente nos resultados das eleições de 2002 no Ceará, diferentemente do que ocorreu nos pleitos dos anos 90, quando as vitórias e derrotas eram vitórias e derrotas anunciadas pelos institutos de pesquisa com distancias a perder de vista. Agora, foi a primeira vez que aconteceu um segundo turno em eleição para governador do Estado, desde que, pela Constituição de 1988, tal mecanismo foi instituído. Além disso, se, no dia seis de outubro, o eleitorado quase escolheu o governador, à medida que atribuiu ao primeiro colocado 49,79% dos votos, contra 28,33% dirigidos ao segundo colocado, na última eleição, a do dia 28, os votantes se dividiram literalmente meio a meio e a diferença entre o vitorioso e o derrotado foi de 3.047 votos, ou seja, 0,08% dos votos válidos.

Cumprir observar que, se adiantada há alguns meses a hipótese de um segundo turno no Ceará, para não se falar de uma decisão por margem tão estreita como a que ocorreu no segundo turno, seria certamente tida por fantasmagórica e não compatível com a análise política racional, tais as chances que se apresentavam para um candidato apoiado pelo governador

Tasso Jereissati tornar-se o governador sem maior dificuldade. Pedindo de empréstimo a imagem, aconteceu um raio num céu de meio-dia ensolarado, a pedir pesquisas de maior profundidade do processo político-eleitoral cearense que meras estatísticas.

Candidatos e resultados eleitorais

Ao todo sete candidatos a governador registrados - quatro pertencentes a coligações e três a partidos isolados - disputaram o voto dos 4,8 milhões de eleitores do Ceará, acabando por se situarem em melhor posição Lúcio Alcântara (PSDB), José Airton (PT), Sérgio Machado (PMDB) e Wellington Landim (PSB), com os resultados apontados pela Tabela 1.

Mas, qual o perfil dos candidatos Lúcio Alcântara, apoiado pela coligação PSDB/PPB/PSD/PV e José Airton Cirilo, apoiado pela coligação PT/PCdoB/PL/PMN/PCB, ambos guindados ao segundo turno?

O candidato Lúcio Alcântara estava no último ano do primeiro mandato de senador eleito pelo PSDB. Vem de família política assentada no antigo PSD e depois na Arena, tendo sido já secretário estadual, deputado federal, prefeito nomeado de Fortaleza, vice-governador (eleito com Ciro Gomes pela coligação PSDB-PDT). Tem trânsito fácil entre os políticos antigos e atuais do Ceará e na *intelligentsia* (inclusive no Senado, antes de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, dirigiu o Conselho Editorial e, no PSDB, presidiu o Instituto Teotônio Vilela). Por sua vez, José Airton Cirilo é vereador de Fortaleza, presidente estadual do PT, ex-prefeito de Icapuí (município em que o PT ganhou sucessivas eleições para prefeito) e disputou a eleição para governador do Estado em 1998.

Há fortes razões a indicar que a escolha de Lúcio Alcântara para disputar o cargo de governador deve-se à racionalidade instrumental que caracteriza o centralismo tassistas, como resposta à maré montante do oposicionismo originário das defecções na grei governista. Em Lúcio Alcântara, político que vive *para* a política e não *da* política, lembrando a

disjunção proposta por Max Weber¹, Tasso Jereissati teria vislumbrado um candidato com possibilidades mais concretas de vitória, a despeito de ser um político que transita em faixa própria, com idéias e projetos não automaticamente alinhados ao estilo de fazer política tassista. Em favor de Lúcio Alcântara desistiram outros candidatos a candidato, a saber, o senador Luís Pontes, posto como o preferido de Tasso Jereissati há muito tempo, Martus Tavares, ex-ministro do Planejamento e Raimundo Vianna, ex-secretário estadual do Desenvolvimento.

Quanto a José Airton Cirilo, este mais do que todos construiu a própria candidatura. Num primeiro momento, foi algo mais decorativo do que substancial, em virtude da resistência de candidatos com melhor performance eleitoral e maior inserção política – tanto do PT quanto do PCdoB - a disputarem eleições majoritárias, preferindo a conservação de um punhado de mandatos na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa; depois, a ida para o segundo turno e o crescimento nas pesquisas de opinião tornaram-no realmente um candidato competitivo, em redor do qual se agruparam efetivamente, além do seu próprio partido, outros partidos de esquerda ou não, os candidatos a governador que não lograram alcançar o segundo turno e um feixe de forças políticas alheias, descontentes ou ressentidas com o *establishment* tassista.

Tabela 1

Votos para governador

<i>Candidato</i>	<i>Partido/Coligação</i>	<i>Votos</i> <i>Nº. (%) dos votos</i> <i>válidos</i>
	<i>1º. turno</i>	
Lúcio Alcântara	PSDB/PPB/PSD/PV	1.625,202 (49,79)
José Airton	PT/PC do B/PL/PMN/PCB	924.966 (28,33)

¹ Cf. WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1996.

Sérgio Machado	PMDB/PFL	395.699 (12,12)
Wellington Landim	PSB/PSDC/PSC/PSL/P T doB/PHS/PAN/PGT/PR TB	240.189 (7,36)
Outros	PTB; PDT; PSTU	70.467 (2,40)
<i>Total</i>		<i>3.264.247 (100%)</i>
	<i>2º. turno</i>	
Lúcio Alcântara	PSDB/PPB/PSD/PV	1.765.726 (50,04)
José Airton	PT/PC do B/PL/PMN/PCB	1.726.679 (49,96)
<i>Total</i>		<i>3.528.405 (100%)</i>

Fonte: TRE-CE (dados brutos)

No que se refere à Assembléia Legislativa, o conflito eleitoral último contou com seis coligações (PSDB/PSD/PV, PMDB/PFL, PCdoB/PCB, PAN/PT do B/PSL/PSC/PSDC/PRTB, PPS/PTN) e sete partidos políticos isolados (PPB, PDT, PT, PTB, PSTU, PST, PL, PGT, PHS, PMN e PSB), contabilizando-se, ao todo, 21 partidos na disputa do voto. Quando se desagregam as cadeiras atribuídas às coligações, observa-se a distribuição contida na Tabela 2, posta em comparação com os resultados das eleições de 1998 e a taxa de crescimento das bancadas nas últimas eleições em relação às de 1998².

² No Estado do Ceará, nas eleições presidenciais, no primeiro turno, Ciro Gomes, ex-deputado estadual, ex-prefeito de Fortaleza e ex-governador do Estado, obteve 44,49% dos votos válidos, e Lula, 39,36%. José Serra, que acabou cristianizado em decorrência da disputa de espaço em que superou Tasso Jereissati como candidato a presidente pelo PSDB, obteve 8,53% e Anthony Garotinho, 7,47%. No segundo turno, Lula conseguiu 71,78% dos votos válidos.

Para o Senado Federal, foram eleitos Tasso Jereissati (PSDB) e Patrícia Gomes (PPS), recebendo esta o apoio explícito do primeiro, numa disputa que envolveu também Mário Mamede (PT) e Eudoro Santana (PSB), além de três outros candidatos. Por sua vez, as cadeiras da Câmara dos Deputados resultaram assim distribuídas: PSDB/PPB/PSD/PV, 9; PMDB/PFL, 7; PT/PC do B/PL/PMN/PCB, 5; e PDT/PTN/PPS, 1.

Tabela 2
Cadeiras para deputado estadual

<i>Partido</i>	<i>1998*</i> <i>Nº.(%)</i>	<i>2002**</i> <i>Nº.(%)</i>	<i>Crescimento (%)</i> <i>dos partidos</i>
PSDB	21 (45,65)	17 (36,95)	- 19,04
PMDB	6 (13,04)	5 (10,86)	- 16,66
PPS	4 (8,69)	4 (8,69)	-
PFL	2 (4,34)	1 (2,17)	-50,00
PT	3 (6,52)	5 (10,86)	66,66
PPB	2 (4,34)	2 (4,34)	-
PDT	2 (4,34)	1 (2,17)	-50,00
PL	1 (2,17)	3 (6,52)	200,00
PSB	1 (2,17)	2 (4,34)	100
PSC	1 (2,17)	-	-100
PC do B	1 (2,17)	1 (2,17)	-
PTB	2 (4,34)	-	-100
PHS	-	2 (4,34)	-
PST	-	1 (2,17)	-
PSL	-	1 (2,17)	-
PDS	-	1 (2,17)	-
<i>Total</i>	<i>46 (100%)</i>	<i>46 (100%)</i>	-

Fonte: *Iuperj (dados eleitorais) (<http://www.iuperj.br>); **TRE-CE (dados brutos)

A política cearense, a “era Tasso” e os resultados eleitorais

Fundamentalmente, os resultados das últimas eleições parecem questionar a longa permanência de um grupo no poder, como acontece com o de Tasso Jereissati. Tal permanência constitui novidade no processo político cearense após a redemocratização pós-Estado Novo, pois, antes de 64, a alternância entre o PSD e a UDN era a regra. Mesmo durante o regime

militar, havia algum tipo de pluralidade a marcar a dinâmica sucessória entre os três “coronéis”, César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora. A emergência de Tasso Jereissati na chefia do Executivo provocou um período em que a disputa com a Assembléia Legislativa, sobretudo durante o processo constituinte estadual, foi intensa e em que as críticas à atuação do governo eram fortes na mídia. Depois, assistiu-se à domesticação do conflito político e a uma interação muito particular entre Executivo e Legislativo³, com dissidências pouco perceptíveis no grupo do governo. A rigor, durante os anos 90, o processo político-eleitoral cearense perdeu competitividade, as três eleições para governador foram decididas no primeiro turno e a composição do Legislativo refletiu a hegemonia eleitoral governista. O confronto com as denominadas “forças do atraso” e a estratégia da cooptação de lideranças municipais (em grande medida afeitas às lideranças e/ou métodos das mesmas “forças do atraso”) foram os caminhos utilizados para a obtenção das vitórias continuadas nas disputas dos mandatos para o Executivo e de maiorias tranquilas no Legislativo.

A análise política, no Estado e alhures, tem se debruçado com interesse sobre o período, e o estado da arte da política cearense recente já é considerável. “Era Tasso” (título de coletânea organizada por Josênio Parente e José Maria Arruda), “*good government in the tropics*” (Judith Tendler), “americanização do Ceará” (Washington Bonfim), entre outras, são expressões relativas ao fenômeno que Anthony Giddens considera um exemplo de como, com apoio externo apropriado, a iniciativa do grupo de “jovens líderes empresariais”, que assumiu o poder em 1987 e se confrontou com a política das elites tradicionais do Ceará, foi capaz de reverter processos fortemente arraigados⁴.

Já tive ocasião de traçar alhures os contornos dos quinze anos do tassismo, a saber, contas públicas equilibradas, ajuste da burocracia do

³ Cf. MORAES, Filomeno. “A Dinâmica Legislativa da Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998”, in: SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. pp. 189-218.

⁴ Cf. GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Record, 1999. pp. 92-93.

estado, volumosos recursos investidos em infra-estrutura, maior cobertura do ensino fundamental, ampliação dos serviços de saúde e redução da mortalidade infantil, expansão dos serviços públicos de água, energia e saneamento básico, de um lado; persistência de elevados índices de destituição, analfabetismo, concentração da renda, altas taxas de desemprego e subemprego, favelização de outro. No aspecto propriamente político, pragmatismo, falta de transparência, oligarquização partidária, isolamento dos formadores de opinião, dificuldade de convivência com o contraditório próprio de uma poliarquia⁵. Tal é o balanço sumário do estado social e político do Ceará, após os quinze anos da ascensão de Tasso Jereissati e dos empresários do Centro Industrial do Ceará–CIC ao governo. Uma “burguesia competente”, capaz de formular um projeto de dominação, de criar consenso em torno de um modelo de modernidade, de conquistar o aparelho de estado e nele manter-se longamente. Da eleição governamental de 1986 à de 1998, o eleitorado concedeu três mandatos a Tasso Jereissati e um, em 1990, ao candidato que apoiou, Ciro Gomes.

A rigor, desde o início da corrida eleitoral assistiu-se à formação de panorama que apontava a existência de “novidades” no que concerne às três eleições realizadas nos anos noventa para governador. É que, elegendo-se Tasso Jereissati chefe do Executivo em 1986 pelo PMDB, nas eleições de 1990, 1994 e 1998 (já no PSDB), firmou-se de forma incontestável o domínio político do seu grupo. Mas, entre as eleições de 1998 e as de 2002, alguns fatos deram novo tom à política cearense. Sérgio Machado, supersecretário de Governo durante o primeiro mandato de Tasso Jereissati e postulante desde então a governador, rompera com o partido no Estado há algum tempo e, mais recentemente, bandeira-se para o PMDB.

Na Assembléia Legislativa, o seu presidente, Wellington Landim, quadro do PSDB, desligou-se dos vínculos com o governo, transferiu-se para

⁵ Cf. MORAES, Filomeno. “A conjuntura pré-eleitoral no Ceará (ou como é possível que nada do que foi será)”, *Conjuntura Política*, n.º. 34, maio/02 (<http://cevep.ufmg.br/bacp>).

o PSB, e o resultado foi a modificação – a partir de 2001 - do padrão que marcava as relações entre Executivo e Legislativo. De repente, esvaindo-se a maioria governamental, na Assembléia se instalou comissão parlamentar de inquérito para investigar gestão temerária no Banco do Estado do Ceará, derrubaram-se vetos, discutiu-se o orçamento, entre outras mutações no comportamento do Legislativo. Quebrou-se, assim, o “pacto homologatório” entre governador e deputados estaduais, marcado pela vinculação partidária comum do governador e do partido e coalizão parlamentares majoritários, advinda das urnas. Em 2001, o curto-circuito político que provocou o rompimento – sobretudo pelo seu aspecto simbólico – do presidente da Assembléia Legislativa com o governo estadual trouxe na esteira a candidatura do mesmo presidente a governador.

Antes, Ciro Gomes, levando um grupo de parlamentares, já deixara o PSDB e se filiara ao PPS e mais recentemente acentuara a existência de “esgotamento moral e político” do denominado "governo das mudanças", observando que "o projeto precisa ser renovado". Na Assembléia, em algumas votações os deputados ciristas, aliados do governo, se somaram aos votos oposicionistas⁶.

Em outubro de 2002, a eleição governamental acabou por ganhar um traço plebiscitário de substância, com uma parte considerável dos formadores de opinião, da elite econômica e, enfim, dos eleitores se movimentando por restrições ao modelo estadual levado a efeito ao longo dos últimos quinze anos. O "oposicionismo" do eleitorado fortalezense, demonstrado nos resultados decorrentes das disputas para governador na Capital ao longo da série histórica de eleições que ocorreram entre 1982 e 1998, em que, via de regra, a Capital vota contra o candidato apoiado pelo governo estadual, agora acrescido da maré montante oposicionista do eleitorado da Região Metropolitana, acabaram por contribuir para o candidato petista alçar-se ao segundo turno e ameaçar realmente o domínio do tassiismo.

⁶ *Id., ib.*

Mas, se as oposições constituídas de aliados de outrora, que arriaram carreira por conta de diversas injunções da política cearense, questionou a continuidade política do tassismo, a oposição que realmente causou sobressalto veio da performance eleitoral alcançada pelo candidato José Airton Cirilo, do Partido dos Trabalhadores. Sem formular diagnósticos e prescrições nem programa de governo capazes de, realisticamente, contrapor-se, nos seus aspectos social, econômico, político e cultural, aos quinze anos do tassismo, com as suas realizações e a sua máquina publicitária, a candidatura acabou por agregar um sentimento difuso de crítica social e insatisfação política (em que a “onda Lula” certamente é fator importante, mas quiçá não decisivo), é que veio a ameaçar seriamente a “era Tasso”.

Algumas reflexões e/ou interrogações

O processo eleitoral chama à reflexão, entre outros, os seguintes problemas:

1. No Ceará, primeiro na Capital em 2000, agora em todo o Estado, as eleições ganharam competitividade. Os padrões de consenso recorrentes nas eleições dos anos 90, tanto na Capital quanto no âmbito estadual, não são mais os mesmos.

2. A “era Tasso” passa por visível processo de esgotamento eleitoral, apesar da vitória do próprio ex-governador na eleição para o Senado e da maioria dos deputados federais e estaduais eleitos pertencer ao PSDB.

3. Confirmou-se a hipótese de que o tassismo não é mais tão forte quanto já foi, mas não tão fraco quanto as oposições, retórica ou sinceramente, vocalizaram. Com certeza, na efetivação da sua “continuidade sem continuísmo”, ao novo governador está destinado o papel de gerenciar a mudança em relação ao sistema de poder que se configurou no Estado nos últimos quinze anos.

4. Das urnas, surge uma Assembléia Legislativa diferente na sua composição, com uma bancada considerável distribuída entre vários partidos

e tendencialmente propensa, senão à oposição, pelo menos a uma certa independência. Tende-se, assim, a substituir o domínio de maiorias parlamentares folgadas, oriundas das urnas *pari passu* com o governador, por um “presidencialismo de coalizão” em nível estadual, em que as maiorias deverão ser, obviamente, objetos da engenharia política.

5. No que diz respeito aos desdobramentos do espólio dos 28,33% dos votos obtidos nas urnas na eleição do primeiro turno e 49,96% no segundo turno pelo candidato da coligação liderada pelo PT, estabelece-se uma grande incógnita. Os votos dados à coligação do candidato a governador não tiveram correspondência decisiva no aumento da bancada do PT na Assembléia Legislativa, que teve crescimento (passou de 6,52% para 10,86% das cadeiras parlamentares), mas crescimento modesto se comparado aos percentuais obtidos nas eleições governamentais.

7. Talvez a suma da sumas seja que os resultados eleitorais demonstram que, em relação às elites políticas dominantes no Estado nos últimos quinze anos, no agregado os índices de consenso e os índices de dissenso estão empatados. Quem cortará o nó górdio? Ou tais índices continuarão empatados? A hora mesma é da política, que, como se sabe há pelo menos quinhentos anos, é o dado (*fortuna*) e é também o construído (*virtù*).
